

quanto à maneira de lidar com a Espanha, em guerra civil, sem alienar os Ingleses. Por fim, mandar Monteiro para Londres é uma maneira elegante e útil de o afastar do poder. As tensões entre os dois homens mantêm-se em banho-maria até ao estalar da guerra. Anglófilo, o nosso embaixador na corte de São Tiago troca a neutralidade assumida do regime por um entusiasmo pró-aliado a que procura, sem sucesso, converter Salazar. O resto foi o que se viu.

Aires Oliveira dedica algumas páginas à contradição aparente entre a anglofilia de Armindo Monteiro e a sua filosofia política de base. Fá-lo com inteligência e bom senso, mostrando que as duas coisas são compatíveis. Aceito a demonstração, mas julgo que nesses casos há um mal-entendido profundo de parte a parte que quase nunca, de resto, prejudica o convívio. Lembro-me de F. W. de Klerk não entender por que é que Margaret Thatcher condenava o IRA e tolerava o ANC, que punham ambos bombas, até ela lho ter explicado: «Porque os do ANC não podem votar.» Na Londres da segunda guerra mundial os problemas eram outros e o governo de Churchill acolhia com agrado um embaixador português que, mesmo sem impolutas credenciais democráticas, os estimava muito mais do que o governo de Lisboa.

O livro chama-se *Uma Biografia Política* e aquilo de que trata trata bem, com investigação de fontes originais, análise lúcida e narrativa fluida. Os anexos são fascinantes: Armindo Monteiro tinha talento literário e dei-

xou-nos excelentes apontamentos de pessoas: o rei Eduardo VII, Churchill, Laval, entre outros. Alguns pequenos reparos: a mulher do inglês Hornung da Sena Sugar não se chamava Laura Paiva de Raposo, mas sim Laura de Paiva Raposo, família lisboeta ilustre cuja notoriedade começa com a amizade do rei D. Miguel; o oposicionista Moreira de Campos era comandante, e não capitão — marinheiro de gema, teria detestado passar por oficial do exército; é pena que a carta de Londres de Armindo Monteiro e as anotações à margem de Salazar, embora já publicadas, não tenham sido impressas aqui. A falta de um índice remissivo não se justifica. E é pena, por fim, que a parte «não política» do homem de tão pouca menção seja objecto. Já não o conheci, mas tudo indica que haja sido mais interessante e simpático do que o político propriamente dito.

JOSÉ CUTILEIRO

José Pacheco Pereira, Álvaro Cunhal: Uma Biografia Política; «Daniel», o Jovem Revolucionário, vol. I, Lisboa, Temas & Debates, 1999, 477 páginas.

Tendo em conta a recusa de Álvaro Cunhal a escrever as suas me-

mórias, Pacheco Pereira realizou um bom trabalho com esta biografia «não autorizada» do líder histórico do PCP. De um modo geral, o contexto que Pacheco Pereira aqui nos apresenta pode ajudar-nos a compreender Cunhal enquanto homem e líder político, traçando ainda uma história do PCP que apenas meia dúzia de especialistas conhecem. Contudo, academicamente, o livro está incompleto. Em muitos casos há demasiada informação para uma biografia, contudo informação insuficiente para um ensaio histórico. Como acontece com a maior parte dos livros, encontramos pontos fortes e outros mais fracos.

Entre os pontos fortes da obra conta-se o facto de nos apresentar facetas psicológicas ou pessoais e de personalidade que teríamos menos probabilidades de encontrar num ensaio histórico estritamente académico. Por outro lado, seria de esperar que uma abordagem académica nos fornecesse um maior número de detalhes históricos e seguisse métodos mais rigorosos. Por exemplo, uma vez que os arquivos da PIDE são catalogados com base no nome completo dos indivíduos, seria desejável que Pacheco Pereira referisse os nomes completos das figuras no momento em que as apresenta (para citar um exemplo, ao longo de toda a obra o autor refere-se a José de Sousa Coelho, líder histórico do PCP, simplesmente como José de Sousa). Noutros casos menciona incidentes ocorridos no seio do PCP sobre os quais deverá ter visto pro-

vas documentais — contudo, não as anota (ou fá-lo de modo incompleto), de modo que os estudiosos possam seguir as pistas.

A introdução e alguns outros capítulos, como, por exemplo, aqueles que dedica à apresentação dos irmãos do biografado, revelam-se por vezes algo repetitivos. O contexto familiar que Pacheco Pereira apresenta é importante para uma melhor compreensão da figura de Cunhal, se bem que inclua por vezes demasiados pormenores desnecessários (como, por exemplo, quando se refere ao filme realizado pelo irmão António). Noutros casos, Pacheco Pereira entrega-se a divagações inúteis, como quando se refere aos escritos românticos da irmã Maria.

A presente obra, que constitui o primeiro volume de uma projectada trilogia sobre Cunhal e o PCP, foca essencialmente a figura do jovem Cunhal ao longo de 1941, altura em que assumiu a liderança da reorganização do partido. A publicação do segundo volume da trilogia estava prevista para o início de 2000. Finalmente, em meados de 2001 o aguardado livro já se encontra nos escaparates das livrarias. Este segundo volume cobrirá o período entre a reorganização do partido de 1941 e a fuga de Cunhal da prisão de Peniche, em 1960. O terceiro volume analisará o período entre 1960 e 1974 e incluirá uma biografia e uma secção reservada aos agradecimentos. Tendo em conta os hiatos de tempo que separarão a publicação dos três volumes, julgo que seria aconselhável a

inclusão em cada um deles de, pelo menos, uma breve nota de agradecimento que desse conta do contributo inestimável prestado pela equipa de pesquisa do autor ao nível da recolha da informação tanto na Torre do Tombo como noutros arquivos. Um contributo tão amplo e consistente mereceria um reconhecimento mais regular por parte do autor.

Pacheco Pereira tem uma longa história de estudo do PCP que remonta aos seus anos de trabalho académico anteriores à carreira política. A resenha histórica que apresenta é bastante imparcial, constituindo um bom trabalho dentro dos moldes «kremlinológicos». É quase inevitável que na reunião das ínfimas peças do quebra-cabeças histórico do PCP ocorram erros ou lacunas. Pacheco Pereira afirma, por exemplo, que Francisco Ferreira (Chico da CUF) permaneceu na União Soviética até ao seu regresso a Portugal, na década de 70. Na verdade, o falecido Francisco Ferreira viajou da Rússia para Cuba em 1965 e regressou a Portugal em 1970, vindo deste país, e não da União Soviética — são informações que recolhi em conversa com o próprio Ferreira e que são corroboradas por documentos da PIDE. Outro exemplo: Pacheco Pereira refere-se a um dos líderes do PCP meramente pelo seu pseudónimo — «Portugal» —, não parecendo estar ciente de que o seu verdadeiro nome é Raul da Costa Rodrigues Lage (ou Lages).

Os aspectos que considero mais valiosos neste livro são aqueles que outros poderão considerar passíveis de crítica. Embora o título da obra

possa sugerir que se trata de uma autobiografia de Cunhal, na minha opinião é igualmente uma história do PCP. Como resultado, de uma perspectiva de *marketing*, o livro alcançaria um maior sucesso comercial enquanto biografia do que enquanto história do partido. De facto, Pacheco Pereira refere que a abordagem, no primeiro volume da obra, de aspectos da história do PCP não directamente relacionados com Cunhal se tornou necessária porque o passado do líder não esteve tão associado à história do partido como estaria depois de 1941. Por conseguinte, o autor entende que deverá referir outros líderes entretanto «esquecidos» pela história do PCP. Deste modo, Pacheco Pereira defende que o volume é mais do que uma biografia de Cunhal, o que pode ilibá-lo de quaisquer acusações de induzir em erro os seus leitores. Embora isto possa aborrecer alguns deles, para aqueles de nós (como, por exemplo, João Madeira e eu próprio)¹ que têm seguido de perto a história do partido e que trabalharam com muitos dos mesmos documentos de arquivo que Pacheco Pereira utiliza como alicerces do seu trabalho, o livro apresenta a mais completa análise, até à data, da evolução do partido ao longo das suas duas primeiras décadas de existência.

¹ João Madeira, *Os Engenheiros de Almas: O Partido Comunista e os Intelectuais*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996; Carlos A. Cunha, *The Portuguese Communist Party's Strategy for Power, 1921-1986*, Nova Iorque, Garland Publishing, Inc., 1992.

Pacheco Pereira baseia-se em documentação que a grande maioria do público desconhece. Embora uma história mais detalhada do partido continue em falta, este é o melhor livro publicado sobre o assunto até ao momento. De modo a completar o quebra-cabeças que constitui a actividade do PCP durante o período da Internacional Comunista, Pacheco Pereira realiza um excelente trabalho de síntese da documentação de variados arquivos, tanto em Portugal como na Rússia e noutros países. Assim, encorajo todos aqueles que tiverem qualquer interesse pelo PCP a lerem o primeiro volume da esperada trilogia de Pacheco Pereira.

CARLOS A. CUNHA

Marcelo Rebelo de Sousa, A Revolução e o Nascimento do PPD, vols. I e II, Lisboa, Bertrand, 2000.

Estes dois volumes de Marcelo Rebelo de Sousa têm como objectivo principal o de traçar a memória do nascimento e evolução do PPD no contexto revolucionário, desde 1974 a 1976. O autor vem dar um contributo inegável para a literatura existente sobre a criação daquele partido. Rebelo de Sousa não se propõe fazer uma *análise* do nascimento do PPD. Pelo contrário, afirma logo de início que se trata de um «depoimento inevita-

velmente subjectivo, que não quer fazer história nem substituir-se à fria análise dos sociólogos e politólogos». No entanto, o autor poderia ter sintetizado parte do relato diário do que foi a revolução que se estende por mais de mil páginas. Não se nota qualquer preocupação em dar uma fluidez narrativa ao texto, tornando-o de difícil leitura. Para além disso, o relato do dia a dia da revolução e do nascimento do PPD parece porvir exclusivamente de duas fontes: o jornal *Expresso* e o jornal oficial do PPD, *Povo Livre*. Esta obra é por isso simultaneamente excessiva e insuficiente: por um lado, o autor perde-se em minúcias; por outro, raramente analisa qualquer aspecto do processo que viveu.

Os volumes dividem-se em três fases: a primeira relata a criação do PPD até à crise Palma Carlos; a segunda fase, a mais longa, dá conta do período em que o PPD foi liderado por Emídio Guerreiro e Sá Borges; a terceira, nas vésperas do 25 de Novembro, com o regresso de Sá Carneiro à liderança do partido, passando pela primeira cisão no partido e o reconhecimento oficial da existência de facções no PPD.

A importância das circunstâncias do nascimento dos partidos para o seu posterior desenvolvimento já foi amplamente discutida na literatura especializada. Seguindo a tipologia de Maurice Duverger, na sua origem o PPD pode ser classificado de «partido de quadros». O PPD (tal como o PS e o CDS) não emergiu de um movimento social, como os partidos de massas criados no século XX. Pelo